

Linha do tempo de políticas públicas: as leis federais de Educação para enfrentamento ao fracasso escolar (2016-2022)

Verônica Guilherme Mega
Orientadora: Profa. Titular Marilene Proença Rebello de Souza

Instituto de Psicologia
Universidade de São Paulo

veronicamega@usp.br

Objetivos

Este projeto de pesquisa se insere no campo da Psicologia Escolar e Educacional, visando aprofundar as discussões sobre a implementação de políticas públicas no âmbito da Educação Básica. A Linha do Tempo de Políticas Públicas de Educação e Saúde para o Enfrentamento dos Problemas de Escolarização está disponível *online* desde 2015, e é um instrumento de sistematização das políticas públicas, oficializadas nas esferas municipal, estadual e federal e das produções acadêmicas realizadas sobre tais políticas. No âmbito desta pesquisa, temos por objetivo o levantamento e análise das leis aprovadas na área de Educação e de Saúde, na esfera federal, no período de 2016 a 2022. Trata-se de pesquisa documental, baseada em levantamento da legislação oficial brasileira e em documentos oficiais de órgãos governamentais que discutem as políticas públicas nas áreas de educação que se reportam ao enfrentamento das dificuldades de escolarização.

Considera-se e analisa-se como impacto das legislações nas áreas de educação e saúde, principalmente, dois aspectos: a redução dos recursos orçamentários e humanos nesse período, bem como os efeitos da Pandemia de Covid-19 nessas áreas, agravados pela política de negacionismo vigente no governo federal.

Métodos e Procedimentos

Trata-se de pesquisa documental, baseada em levantamento de legislações federais voltadas para a Educação e sua interface com a Saúde, analisando-as a partir das temáticas

construídas com base em categorias e indexadores, considerando as principais tendências que refletem o período democrático do país. O levantamento das legislações foi realizado por meio de sites oficiais governamentais e das casas legislativas do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado Federal, visando identificar a legislação que se refere aos aspectos que se reportam ao escopo da pesquisa. Para cada legislação encontrada foi constituída uma síntese que será inserida como conteúdo da Linha do Tempo. As legislações serão inseridas na base de dados da Linha do Tempo e serão analisadas a partir das seguintes categorias: Educação; Educação e Saúde; Datas e Campanhas e, adicionada, em virtude da pandemia, a COVID-19. As gestões federais ocorridas no período e as influências da legislação federal serão importantes marcadores das análises sobre as políticas públicas vigentes nesse período analisado.

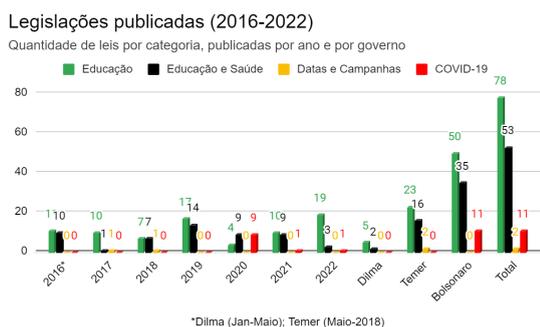
As análises realizadas visam compreender os principais aspectos para a viabilização da implantação das legislações bem como apontar na direção de alguns desafios a serem enfrentados para a implementação de políticas públicas educacionais na Educação Básica.

Resultados

Foram levantadas 144 legislações, na área de Educação e de Saúde, na esfera federal, no período proposto de 2016 a 2022, ao longo dos mandatos de Dilma Rousseff (janeiro a maio de 2016), Michel Temer (maio de 2016 a dezembro de 2018), e Jair Messias Bolsonaro (janeiro de 2018 a agosto de 2022). Dessas legislações, 54,1% (78 leis) são específicas da

Educação (Categoria Verde), 37% (53 leis) das políticas específicas da interface entre as áreas da Educação e da Saúde (Categoria Preta), 1,3% (2 leis) das políticas relacionadas a homenagens, datas comemorativas e outras situações de relevância social (Categoria Amarela), e, por fim, 7,6% (11 leis) das leis categorizadas como COVID-19 (Categoria Vermelha).

Figura 1: Gráfico de resultados do levantamento das legislações federais (2016-2022)



Conclusões

A partir da análise dos resultados e principalmente da leitura e entendimento do teor de legislações aprovadas e revogadas no período e governos propostos, destacam-se os projetos de lei que refletem políticas de desmonte e enfraquecimento da educação pública no Brasil. A redução e cortes de investimentos e recursos orçamentários para a educação e saúde, por 20 anos, fruto da PEC 95/2016; a escassez de projetos voltados para a inclusão étnico-racial e socioeconômica; os retrocessos nas políticas de inclusão e educação especial (Decreto 10.502 em setembro de 2020, bem como a dissolução e extinção de secretarias como a SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (02/01/2019) e a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) fruto da Conferência Nacional de Educação (CONAE-2010) para instituir o Sistema Nacional de Educação, retratam uma forte tentativa de desarticulação e enfraquecimento de políticas públicas em educação e do não cumprimento de metas do PNE (Plano Nacional de Educação) que visam estimular a democratização do acesso e a qualidade de

ensino no país. No que tange à COVID-19, os maiores impactos se deram em função do pouco acesso à internet pelas crianças e adolescentes das classes populares, bem como as condições de vulnerabilidade social que fizeram com que milhões de estudantes não se matriculassem durante a pandemia. No bojo das disputas políticas, conquistas foram alcançadas, destacando-se: 1. Lei 14.214/2021, que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. 2. Lei no 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), 3. Lei Nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021 que regulamenta e faz atualizações no FUNDEB, garantindo pagamento a todos os profissionais atuantes na rede pública de educação básica 4. Lei 13.935/2019 que dispõe sobre serviços de Psicologia e Serviço Social na Rede Pública de Educação Básica, por meio de equipes multiprofissionais. Considera-se fundamental essa modalidade de pesquisa para melhor compreendermos as políticas públicas e seus impactos sobre a qualidade da educação em suas diversas modalidades.

Referências Bibliográficas

- ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. El País, 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html> Acesso em 29/08/2022.
- BARDIN, L.(2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Portugal, Porto Ed.
- CAMPOS, H. R. (Org.) ; FACCI, M. G. D. (Org.) ; Souza, Marilene Proença Rebello de (Org.) . As políticas educacionais na pós-graduação brasileira de Psicologia. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021. v. 1. 236p LONTRA, Tiago, LOURENÇO, Luiza e CARVALHO, Carolina O impacto da pandemia na educação brasileira. Globo, 2021. Disponível em <<https://gente.globo.com/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-brasileira/>> Acesso em 29/08/2022
- SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. Em Aberto, v. 23, p. 129-149, 2010.
- SOUZA, D. T. R. ; SOUZA, M. P. R. School Failure and Public School: theoretical and Pedagogical Challenges in Brazil. In: WILLIAM, Pink & NOBLIT, George. (Org.). International Handbook of Urban Education. Series: Springer International Handbooks of Education. 1ed., New York: Springer, 2008, v. 19, p. 609-630.